

## Diz-se

“O Estado português é obeso. (...) Não são só papos a sair do biquíni, mas uma barriga que não passa nas portas, causa hipertensão e já ameaça enfarte.”

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03-07-06

“É urgente que no corpo nacional a carne saudável substitua a gordura inútil. Grande parte da população activa, através do Estado, recebe do país muito mais do que contribui. É esta adiposidade que a dieta tem que eliminar.”

IDEM, *IBIDEM*

“Freitas [do Amaral] tem um problema de saúde? Tem. Isso impedia-o de continuar no Governo? Não. O problema é que o PS profundo, laico e socialista até ao tutano olhava-o como um corpo estranho.”

CAMILO LOURENÇO

JORNAL DE NEGÓCIOS, 03-07-06

“A História é o que é: a forma como [Freitas do Amaral] se aliou à esquerda traçou-lhe um destino, ao qual dificilmente conseguiria fugir.”

IDEM, *IBIDEM*

“Freitas apenas surpreendeu em duas ocasiões: à chegada e à partida.”

PEDRO MARQUES PEREIRA

DIÁRIO ECONÓMICO, 03-07-06

“O nosso verdadeiro ministro dos Estrangeiros é Luiz Felipe Scolari. Freitas queria um amigável com o mundo árabe. Scolari ganhou ao Irão. Freitas sai um ano antes de ser capitão da Europa, Scolari meteu na ordem os duros holandeses e os tansos ingleses.”

MIGUEL GASPÁR

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03-07-06

“A Internet é o elixir de Sócrates. Assim como o futebol é o croquete dos portugueses.”

FERNANDO SOBRAL

JORNAL DE NEGÓCIOS, 03-07-06

“Portugal não vive na Internet: tenta sobreviver no meio de problemas reais. A menos que, um dia, o Governo, seja apenas um terminal de computador ligado à rede global. Sem vida real.”

IDEM, *IBIDEM*

“O grande problema das sociedades contemporâneas no Ocidente é o papel que o Estado mantém. O Estado vai absorvendo cada vez mais as energias, a capacidade de trabalho e a inteligência da sociedade, deixando uma faixa cada vez mais estreita à iniciativa privada.”

VASCO PULIDO VALENTE

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03-07-06

“A história da política é a história de pessoas que acabam mal.”

IDEM, *IBIDEM*

“O Médio Oriente persiste como símbolo da incapacidade de entendimento da espécie humana. Ou, então, da hipocrisia.”

JOÃO MORGADO FERNANDES

*IBIDEM*

# A luta contra o narcotráfico em Portugal

Na luta contra o narcotráfico é possível fazer mais e melhor, bastando para isso que cada instituição consiga sobrepor às suas próprias expectativas e ambições o cumprimento objectivo do papel que a Lei lhe confere

JOSÉ BRAZ

Ao assinalar, no passado 26 de Junho, o Dia Mundial da Luta Contra a Droga e a Toxicod dependência, a comunidade internacional reafirma a extrema gravidade e relevância que este fenómeno pandémico continua a ter na sociedade, com pesadas e severas consequências no planos da saúde pública, da segurança e da justiça criminal.

No quadro multidisciplinar através do qual se processa a sua abordagem, a redução da oferta constitui um dos principais eixos de intervenção, como claramente se reconhece na nova Estratégia Europeia de Luta contra a Droga e no novo Plano Nacional que será brevemente aprovado.

O tráfico de estupefacientes introduziu, nas últimas décadas, profundas mudanças e desequilíbrios na correlação de forças e nas dinâmicas interactivas que caracterizavam os tradicionais paradigmas sócio-criminais do mundo ocidental e a sua influência na génese e no desenvolvimento de novos epifenómenos e manifestações de delinquência, como é hoje inquestionável.

O crime organizado continua a reconhecer o tráfico de estupefacientes um dos mais eficazes e rápidos processos de acumulação ilícita de riqueza. As chamadas narcoeconomias que afectam particularmente países e regiões próximas do cultivo e da produção de drogas geraram e geram, invariavelmente, profundas assimetrias socioeconómicas, insegurança, violência e terror, como se demonstra historicamente.

Nas sociedades desenvolvidas, os lucros provenientes do narcotráfico são de tal forma elevados, que, uma vez introduzidos nos circuitos financeiros e na actividade económica, produzem desequilíbrios e corrompem as estruturas sociais, permitindo ao crime organizado influenciar e ter um peso significativo nos centros de decisão económica e política, colocando em crise princípios e valores estruturantes do Estado de direito.

Como paradigma do crime transnacional, favorecido pelas vantagens emergentes da globalização, assumem nalguns países e regiões especial gravidade e extrema preocupação as ligações do narcotráfico a outros tráficos e actividades criminosas e ao financiamento de organizações terroristas.

No plano interno e no âmbito da criminalidade não organizada, o sustento da toxicomania e as dinâmicas do pequeno tráfico localizado que garantem o abastecimento directo do consumo são, em grande parte, responsáveis pelo aumento da criminalidade oportunista de natureza aquisitiva e da delinquência juvenil, grupal e peri-urbana, contribuindo para a guetização e apropriação de espaços públicos pela marginalidade gerada pelo tráfico e o consumo problemático de drogas, induzindo insegurança e medo no quotidiano do cidadão.

O tráfico de estupefacientes manifesta-se numa forma impermanente, sequencial e estratificada, através de epifenómenos de distinta amplitude, natureza e dimensão que exigem uma resposta diversificada, assente no desenvolvimento integrado de três níveis estratégicos e metodológicos de intervenção: fiscalização, prevenção e investigação criminal – num quadro de cooperação interinstitucional que garanta a racionalidade, a complementaridade e a rentabilização de meios.

A fiscalização e o controlo intensivo e sistemático do território marítimo e das fronteiras marítimas e aérea são actividades absolutamente fundamentais na luta contra o tráfico internacional de estupefacientes.

Na abordagem e controlo do pequeno tráfico, da pequena criminalidade a este associada e das situações difusas de tráfico-consumo, consumo e marginalidade “border line” emergente da toxicod dependência, deve ser valorizado o policiamento e a prevenção criminal, activa e situacional, numa permanente reafirmação dos princípios da segurança e da autoridade do

Estado, impedindo a formação de espaços de impunidade que são verdadeiros alforobres de violência e de criminalidade.

Nas sociedades modernas, por razões de natureza social, criminológica e sobretudo económica, a prevenção perfila-se, ainda e sempre, como um privilegiado e incontornável instrumento de política de segurança. Prevenir este tipo de criminalidade custa muito menos que investigá-la e é muito mais eficaz.

Já o tráfico organizado, alvo principal da investigação criminal, deve merecer uma resposta global e coordenada no seio do sistema de justiça criminal, que conduza não só a apreensão de estupefacientes, mas sobretudo ao desmembramento e desactivação das estruturas organizacionais que o desenvolvem, à responsabilização criminal dos seus principais mentores e agentes e à apreensão e confisco dos bens e da riqueza gerada pela actividade criminosa.

Uma investigação criminal de natureza pró-activa deve assentar na cooperação internacional, na centralização e análise da informação criminal e no recurso às modernas técnicas de produção de prova previstas no nosso ordenamento jurídico-processual.

Na luta contra o narcotráfico internacional, a Polícia Judiciária tem procurado ao longo dos últimos anos dar adequada resposta às especiais responsabilidades de Portugal no seio da União Europeia nesta matéria. De igual modo, tem dirigido a sua acção para o tráfico interno, procurando desmantelar organizações e redes responsáveis pela importação, distribuição regional e abastecimento de estupefacientes no mercado de consumo ilícito.

Desde pequenas estruturas erráticas mas dotadas de sofisticados meios de actuação, até organizações criminosas que actuam muito próximo de alguns sectores do tecido empresarial, onde os lucros do narcotráfico se fundem facilmente na actividade económica daqueles.

Os resultados alcançados nos últimos anos, não só relativamente a elevadas quantidades de droga apreendidas mas também a detenções, apreensões de bens e desmantelamento de organizações criminosas são a demonstração inequívoca do crescente empenhamento das várias estruturas operacionais envolvidas e dos elevados níveis de cooperação interinstitucional alcançados, num labor conjunto com outras entidades, onde é justo destacar o decisivo e particular contributo da Marinha e Força Aérea, na luta contra o tráfico internacional por via marítima.

Reconheça-se, contudo, que este labor e estes resultados, que colocam Portugal na primeira linha da luta contra o tráfico de estupefacientes, como tem sido comumente reconhecido, quer no plano interno quer no plano internacional, decorre da implementação de um modelo legal de partilha de atribuições e competências e de opções estratégicas e metodológicas que a prática demonstra serem ajustadas à prossecução do interesse nacional nesta matéria.

Com efeito, a luta contra o tráfico de estupefacientes decorre de uma multiplicidade de níveis e áreas de intervenção e, por isso, exige a activa participação de várias entidades. Trata-se de um verdadeiro combate de escala, assente na optimização e maximização do papel de cada organização no quadro de uma actuação disciplinada e coordenada, tendo como elemento aglutinador a centralização e partilha da informação. De um trabalho em rede, que exige o estabelecimento de parcerias estratégicas no plano internacional e no plano interno, que propiciem ganhos de eficácia, sendo evidente que o aumento do potencial de resposta global e os ganhos de eficácia resultam da consolidação dos princípios da especialidade e da complementariedade e não da confusão e sobreposição de competências, das quais apenas poderá resultar um aumento do desperdício, da conflitualidade e da concorrência institucional que fragiliza e reduz a capacidade de resposta global.

Estamos perante uma ameaça concreta, séria e actual que deve merecer especial atenção e empenhamento da parte do Governo, do poder judicial e das polícias.

Na luta contra o narcotráfico é possível fazer mais e melhor, bastando para isso que cada instituição consiga sobrepor às suas próprias expectativas e ambições o cumprimento objectivo do papel que a Lei lhe confere, contribuindo assim para o sempre inacabado e esperançoso designio da construção uma sociedade mais justa e livre. ■ DIRECTOR NACIONAL ADJUNTO DA direcção Central de Investigação e Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária

## Dolly, dez anos depois...

EDUARDO A. SILVA

No dia 5 de Julho de 1996 nascia uma ovelha na Escócia. Eu, nessa altura, estudava para (sim recorri aos arquivos) um exame de Análise Matemática II e estava longe de imaginar que o estudo numa escola de engenharia me levaria, dez anos depois, a escrever um artigo sobre uma ovelha. No entanto, honra seja feita, não escrevo sobre uma ovelha qualquer mas sim sobre a *Dolly*. *Dolly* é nome consagrado na ciência pelo facto de ter sido o primeiro mamífero clonado a partir de uma célula adulta.

Quatro páginas, duas figuras (uma das quais serviu para mostrar uma fotografia da famosa ovelha) e duas tabelas foram o suficiente para, a 27 de Fevereiro de 1997, anunciar formalmente o nascimento da *Dolly* num artigo publicado na revista *Nature*. Hoje, a *Dolly* significa um marco na ciência e mais especificamente assume-se como o evento inicial de uma nova era na biologia. Tenho para comigo que mais do que uma mera inovação científica, a *Dolly* foi importante por ter sido pioneira mas essencialmente porque nos levou a acreditar ser possível clonar diferentes animais, incluindo nós próprios, seres humanos.

A partir desse momento, a biologia mostrou toda a sua força como ciência capaz de modificar a nossa visão do mundo, levando em extremo algumas mentes a sonhar com a possibilidade de vida eterna.

Não foi por isso nada estranho verificar que mais

do que objecto de discussões técnicas entre cientistas, a *Dolly* passou a ser ícone de intensos debates sobre as capacidades humanas em alterar a natureza. A “ética” passou a ser uma palavra utilizada com frequência na biologia, levando com que a sociedade e os governos se apressassem em criar comissões de ética.

Enquanto por todo o mundo se discutia as repercussões que a *Dolly* trazia à humanidade, os processos biológicos ditavam a sua lei e a ovelha mostrava evidentes sinais de envelhecimento precoce, acabando finalmente por morrer em 2003 padecendo de um adenocarcinoma pulmonar. A *Dolly*, ovelha mais famosa de todas, acabou por morrer de uma doença frequente em ovelhas criadas em cativeiro. Embora conceptualmente diferente de todas as outras ovelhas na hora do nascimento, *Dolly* teve uma morte idêntica e vulgar às suas semelhantes, sublinhando dessa forma uma lei máxima da vida: na altura da morte somos todos iguais. DOUTORANDO DA UNIVERSIDADE DE HARVARD

*Dolly* teve uma morte idêntica e vulgar às suas semelhantes, sublinhando dessa forma uma lei máxima da vida: na altura da morte somos todos iguais